

Moura Pinto, Alberto (Heloisa Paulo). Alberto Moura Pinto, nasce em Coimbra, no dia 4 de Abril de 1883, registado como o nome de Alberto Marques. Cursa Direito na Universidade de Coimbra. No período monárquico desempenha o cargo de Administrador Régio do Concelho de Arganil e de Procurador Régio, em Miranda do Douro e São João da Madeira. Mação, está inscrito na Loja Tenacidade, de Coimbra, com o nome de Passos Manuel. Em 1910, participa nas movimentações para a implantação da República, cooperando na Junta Revolucionária de Coimbra. Como deputado, integra as Constituintes de 1911, representando o Círculo de Arganil e cumpre mandatos sucessivos na Assembleia, pelo Partido Unionista, envolvendo-se numa célebre polémica com Veiga Simões, tendo, como pano de fundo, a ida do caminho-de-ferro para Arganil. Com a ascensão de Sidónio Pais, Moura Pinto exerce o cargo de Ministro da Justiça, entre 11 de Fevereiro de 1917 e 7 de Março de 1918. É responsável pela alteração da Lei da Separação entre a Igreja e o Estado.

Em desacordo com a ditadura militar, participa na rebelião de Junho de 1930, tendo sido preso e deportado para os Açores. No ano seguinte, aproveitando a possibilidade de fuga durante a Revolta de 1931, parte para Espanha onde, com Jaime de Moraes e Jaime Cortesão, formam o “Grupo de Madrid”, alcunhados de “Budás”.

Em 1934, uma mudança política em Espanha coloca a direita no poder; os socialistas projectam um golpe, com o auxílio dos exilados portugueses e das armas que, até então, lhes eram fornecidas com o beneplácito do regime deposto. Descoberta a trama, Moura Pinto é enviado para a Prisão Modelo, em Madrid, entre 1934 e 1935. Em 1936, com a vitória da Frente Popular, seguida do golpe de Franco e da Guerra Civil, os *Budas* declaram a sua fidelidade à República de Espanha, participando na luta contra Franco. O grupo acompanha a mudança do governo republicano para Barcelona, de onde Moura Pinto é transferido para a França; aí actua em prol dos republicanos, buscando auxílio para o Plano Lusitânia, que pretendia organizar uma invasão de Portugal pelos resistentes portugueses para acabar com o regime de Salazar e sua colaboração com o franquismo. O avanço das tropas franquistas põe fim ao intento dos exilados lusos.

Em 1939, Moura Pinto é obrigado a buscar refúgio no Brasil, na iminência de ser deportado para Portugal, depois de ter sido preso em território francês por estar irregular no país. Com a chegada ao Brasil de Cortesão e Moraes, prossegue a sua actividade como oposicionista, integrando o Comité Português Anti-Fascista, criado no Rio de Janeiro em 1945. Neste período, retoma os contactos com os republicanos espanhóis exilados, nomeadamente com o sector galego, comandado por Castelao, a quem os *Budas* entregam uma credencial para que ele

possa representar os exilados portugueses na Assembleia das Nações Unidas. Estabelece contactos como o Movimento de Unidade Democrática, fazendo publicar, em jornais brasileiros, diversos textos contra o regime de Salazar. Durante a campanha de Norton de Matos é o encarregado da angariação de fundos junto dos anti-salazaristas a residir naquele país. Na década de cinquenta, Moura Pinto participa nos debates sobre o problema colonial e o posicionamento de Portugal na questão da Goa. Regressa a Portugal em 1957. Com Jaime Cortesão, antigo companheiro de exílio, apoia com relutância a candidatura de Humberto Delgado. Falece em 9 de Março de 1960.

Bibliografia PAULO, H. “Os Budas e os seus aliados”, *História*, nº 91, 2006.